

# A proteção da arquitetura rural: um estudo tipológico das edificações levantadas na cidade de Icó – CE

*The protection of rural architecture: a typological study of buildings built in the city of Icó – CE*

Glaudemias Grangeiro Junior\*, Hortênsia Gadelha Maia\*\*, João Lucas Vieira Nogueira\*\*\*, Cláudia Sales de Alcântara\*\*\*\*

\* Universidade de Fortaleza, Brasil, glaudemiasjunior@gmail.com

\*\* Universidade Federal do Ceará, Brasil, hortensiamai@gmail.com

\*\*\* Universidade de Fortaleza, Brasil, pedralispe@gmail.com

\*\*\*\* Centro Universitário Unicatólica de Quixadá, Brasil, claudia.comunicacao@gmail.com

usjt  
arq.urb

número 37 | maio - ago de 2023

Recebido: 05/06/2021

Aceito: 07/08/2023

DOI: 10.37916/arq.urb.vi37.528



## Palavras-chave:

Patrimônio.  
Sertão.  
Inventário.

## Keywords:

Patrimony.  
Sertão.  
Inventory.

## Resumo

A problemática do patrimônio cultural no Brasil, revelam tendências de exclusão baseado em estilos estrangeiros que ditam, classificam e excluem o patrimônio das localidades nacionais. Dentro desse panorama, os exemplares culturais do povo sertanejo encontram sua existência comprometida pela ação do tempo, a negligência da proteção pública, da escassez de planejamento urbano e os avanços e investidas do capital imobiliário. Icó, município da região Centro-Sul do Estado do Ceará, enquadra-se como um dos maiores detentores de exemplares arquitetônicos históricos, seu acervo administrado pelo IPHAN, no entanto desconsiderou prédios rurais localizados em sua sede urbana e distrital. Dito isso a pesquisa busca analisar o quadro atual dessas edificações, dentro da perspectiva da legislação e da proteção ao patrimônio. Para isso foi realizada uma documentação dessa arquitetura, por meio de uma metodologia apoiada em pesquisa bibliográfica e em campo, coleta de dados dos instrumentos de administração pública local, apreensão do lugar e entorno dos edifícios não inventariados. Como resultado, a pesquisa produziu uma análise de sua localidade e da sua tipologia, como parte do processo para uma proposta de proteção as edificações.

## Abstract

The issue of cultural heritage in Brazil, reveal trends of exclusion based on foreign styles that dictate, classify and exclude the heritage of national locations, within this panorama cultural examples of the country people find their existence compromised by the action of time, the neglect of public protection, from the scarcity of urban planning and the advances and onslaughts of real estate capital. Icó, a municipality in the Center-South region of the State of Ceará, is one of the largest holders of historical architectural examples, its collection managed by IPHAN, however it disregarded rural buildings located in its urban and district headquarters. That said, the research seeks to analyze the current picture of these buildings, from the perspective of legislation and heritage protection. For this, a documentation of this architecture was carried out, through a methodology supported by bibliographical and field research, data collection from the instruments of local public administration, apprehension of the place and surroundings of the non-inventoried buildings. As a result, the research produced an analysis of its location and its typology, as part of the process for a proposal to protect the buildings.

## Introdução

A presente pesquisa busca discutir acerca da proteção patrimonial a partir da ótica do patrimônio rural, especificamente os exemplares encontrados no sertão cearense. Pretende-se através desse artigo aproximar dos exemplares de uma arquitetura rural histórica, esquecida das ações de planejamento e políticas de proteção ao patrimônio na cidade de Icó, localizada na região Centro-Sul do Ceará.

A cidade de Icó possui um dos principais núcleos urbanos, preservados pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural –. É inegável sua importância histórica para a formação do Estado do Ceará, tendo sido uma das principais vilas e entrepostos comerciais do que viria se tornar o território cearense ainda no século XVIII. A sua posição estratégica entre as rotas comerciais da época a permitiu se desenvolver economicamente e interligar as atividades pecuárias que transitavam da Paraíba, para Pernambuco, além de se interligar a Aracati, que era o principal escoadouro e porto do Ceará à Europa (NASCIMENTO<sup>1</sup>, 2013).

Desde seu período de formação de vila, Icó possuía reminiscências de seu passado rural, resguardando em seu interior, exemplares de arquitetura que desempenharam na época, um papel de casas sedes de fazendas, que com o passar do tempo e com o início do processo de urbanização da cidade, foram sendo afetada pelos processos de modernizações e as necessidades de adaptações ao contexto urbano (JUCÁ<sup>2</sup>, 2012).

Dentro de seu território, o município resguarda um rico patrimônio cultural que exemplifica e remonta os primórdios da organização espacial da arquitetura no Ceará e do processo de transição do espaço rural para urbano das vilas. Por isso em outubro de 1974 se inicia o processo de proteção ao patrimônio icoense, pelo IPHAN, em 1996 começa o “Estudo para Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Icó-Ceará” e em 2009 no dia 7 de maio, fica estabelecido o tombamento definitivo municipal, pelo Decreto 6.844 (BRASIL, 2009).

Embora o seu acervo histórico esteja devidamente protegido, alguns exemplares de

arquitetura foram deixados de fora do processo de tombamento da cidade de Icó, entre eles as edificações presentes na zona urbana que desempenharam um papel de fazenda e possuem ainda hoje características rurais e as edificações históricas encontradas no decorrer da pesquisa nas zonas rurais do município. Dito isso esse estudo busca compreender o motivo de existir essa ausência de proteção a arquitetura de origem rural.

Na medida em que se desenvolvia a pesquisa o que historicamente se observa é que a proteção as edificações rurais e históricas, seja no âmbito internacional, como no nacional, são relativamente novas quando comparada com a própria discussão da preservação do patrimônio. Na maioria das vezes essas edificações não contemplam requisitos legais que possibilitem a proteção e manutenção da sua materialidade ao longo dos anos.

Partindo dessa problemática, pretende-se aqui propor uma reflexão acerca da arquitetura rural e sua proteção enquanto patrimônio cultural, elencando suas características mais específicas e entendendo que ele está inserido em um determinado contexto e lugar, que não é apenas um simples local de implantação, mas também um fator que determina as tomadas de concepção e de tipologia dessa arquitetura.

### A Proteção do Patrimônio Rural, no âmbito internacional e nacional

As ações que se propuseram, lançar políticas de preservação às práticas culturais desenvolvidas nas áreas rurais, são relativamente novas, ao se comparar com a própria discussão de preservação do patrimônio. A Europa foi pioneira nessa ação, quando o Conselho da Europa<sup>3</sup> em 1977, elaborou o Apelo de Granada, em uma tentativa de evitar se perder a relação homem – natureza, impressa nas paisagens culturais seculares, de zonas rurais europeias, ameaçadas pela industrialização e mecanização da prática tradicional da agricultura. (APELO DE GRANADA, 1976 in CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA N°15, 1999)

Buscavam elaborar medidas que mesclassem o ordenamento do território, o

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> Professor de Associado de Arquitetura do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da

Universidade Federal do Ceará.

<sup>3</sup> O conselho da Europa foi fundado em 1949, com o objetivo de realizar uma união mais estreita entre os seus Membros, a fim de salvaguardar e de promover os ideais e os princípios que são o seu patrimônio comum e de favorecer o seu progresso econômico e social (DINIZ,2008).

desenvolvimento social, baseado no respeito com as atividades agrícolas e artesanais locais, além de reconhecer no patrimônio arquitetônico rural, o testemunho de uma sabedoria secular:

Estejam ligadas a atividades agro-pastoris e florestais assim como a pesca; apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico ou pitoresco; se integrem na paisagem de modo coerente. Esse patrimônio encontra-se atualmente ameaçado. O seu desaparecimento constituiria uma perda irreparável (CONSELHO DA EUROPA, p. 211).

O documento buscava ainda discutir as formas de se lidar com os avanços da industrialização agrícola, buscando evitar o êxodo rural, como forma de conter os desequilíbrios demográficos, o inchaço urbano, que são acompanhados pelos seguintes aspectos:

O envelhecimento das populações agrícolas, a degradação e por fim o desaparecimento do patrimônio construído, a invasão das construções abandonadas por parte de uma população citadina que as desnatura mediante transformações estranhas ao seu carácter, a proliferação de novas construções sendo usadas como residência secundária e concebidas ignorando a tradição (APELO DE GRANADA, 1976 in CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA N°15, 1999, p. 3)

Em 1999 a Carta sobre o patrimônio construído vernáculo, era desenvolvida na Cidade do México, na realização do ICOMOS<sup>4</sup>. Estabelecia uma discussão de uniformização cultural, enquanto resultado prático dos fenômenos de globalização socioeconômica. Alertava para a fragilidade em se conter a dizimação de práticas e arquiteturas rurais, vulneráveis aos avanços do capital. Era necessário estabelecer princípios de conservação e proteção do patrimônio vernáculo, em complemento à *Carta de Veneza* (1964). Sobre os princípios de conservação, fica estabelecido que:

1. A conservação do patrimônio construído vernáculo ou tradicional deve ser realizada por especialistas de diversas disciplinas, que reconheçam o carácter inevitável da mudança e do desenvolvimento, bem como a necessidade de respeitar a identidade cultural das comunidades.

2. As intervenções contemporâneas nas construções, nos conjuntos e nos povoados de expressão vernácula devem respeitar os seus valores culturais e o seu carácter tradicional.

3. O patrimônio vernáculo raramente se exprime através de edificações isoladas. Será, pois, melhor conservado se forem mantidos e preservados os conjuntos e os povoados representativos de cada região.

4. O patrimônio construído vernáculo é parte integrante da paisagem cultural e essa relação deve ser tomada em consideração na preparação de programas de conservação.

5. O patrimônio vernáculo abrange, não apenas as formas e os materiais dos edifícios, estruturas e espaços, mas também o modo como estes elementos são usados e interpretados pelas comunidades e ainda as tradições e expressões intangíveis que lhes estão associadas. (CARTA SOBRE O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO ICOMOS, 1999, p. 2).

O que é perceptível nas políticas protecionistas da arquitetura rural europeia, é vinculado diretamente, as atividades e práticas particulares dos contextos culturais analisados. Em outras palavras, encaminhavam medidas que perpassavam a arquitetura, e desaguava nos planos de ordenamentos territoriais. A respeito desse enunciado, encontra-se no Comitê de Ministros do Conselho da Europa de 13 de abril de 1989, recomendações ao governo dos Estados que incluam em seus planos diretores, políticas que protejam e valorizem o patrimônio cultural europeu. Em complemento a essa recomendação, sugere-se que os planos diretores, atendam as seguintes medidas:

1. encorajar a reutilização das construções existentes, por mais humildes que sejam (habitações, construções agrícolas ou industriais) procurando a adaptação a novas funções preservando tanto quanto possível o seu carácter inicial;

2. chamar atenção do público e dos agentes econômicos para os valores da arquitetura local, expressos no uso secular de materiais, proporções, técnicas e pormenores construtivos;

3. aplicar nos edifícios protegidos os princípios da Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, adoptada em Veneza, em 1964,

<sup>4</sup> Associação civil, não-governamental ligada à questão da preservação patrimonial, com sede em

Paris. Vincula-se à UNESCO. Foi criado em 1964 durante o II Congresso de Arquitetos em Veneza, ocasião em que foi escrita a “Carta de Veneza”. (DINIZ, 2007)

pelo II Congressos Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, e preconizar na manutenção e reabilitação das restantes construções a utilização criteriosa de materiais de substituição, na impossibilidade de utilização de materiais tradicionais;

4. promover a arquitectura local contemporânea com uma visão criativa, baseada nos ensinamentos e no espírito da arquitectura tradicional. (Recomendação nº R (89) 6 sobre a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico rural - 1989 in: DINIZ, 2013, p.16).

No Brasil, as ações de conservação e valorização das produções rurais, estão associadas a própria compreensão que as organizações públicas têm por patrimônio. Diniz (2013), analisa a evolução das iniciativas de proteção pelo IPHAN e segundo a autora as primeiras proteções do patrimônio civil rural brasileiro, por tombamentos aconteceram na década de 1930, quando o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – tombou a torre de Garcia d'Ávila, a Casa da Fazenda do Engenho D'água, a Casa da Fazenda do Viegas e a Casa da Fazenda Taquara, quase todas estão localizadas no Rio de Janeiro, exceto a Casa da Torre que se localiza na Bahia.

Dos períodos de 1937 a 2007, exatamente oito décadas, 55 bens civis rurais foram tombados pelo Iphan. Dentre todos os tombamentos nacionais, a Região Sudeste ainda possuía o maior número de bens arquitetônicos rurais, sendo organizados da seguinte maneira: Rio de Janeiro – 18 tombamentos; São Paulo – 13; Minas Gerais – 6 e Espírito Santo – 1. Das demais regiões cabe analisar o número de arquiteturas rurais protegidas na região nordeste, a partir da década de 1970, seguindo as resoluções do *Compromisso de Brasília (1970)* e do *Compromisso de Salvador (1971)*<sup>5</sup> (DINIZ, 2013).

ESTADOS	Nº de bens arq. Civis tombados rurais	Nº de tombamentos totais
Maranhão	2	60
Piauí	4	41
Ceará	0	35
Rio Grande do Norte	10	98
Paraíba	5	154
Pernambuco	9	131
Alagoas	0	38
Sergipe	1	54
Bahia	8	142
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>753</b>

**Tabela 1.** Tombamento de bens civis rurais nordestino x número total de tombamento. Fonte: DINIZ, 2013

Pelo exposto na tabela, acima Diniz<sup>6</sup> (2008), afirma que até 2006, o Ceará e Alagoas não possuíam nenhuma edificação reconhecida ou tombada como patrimônio rural. Segundo a lista de tombamento do Iphan de 2016<sup>7</sup>, o único interesse de proteção para com um conjunto rural no Ceará, localiza-se no Crato e refere-se ao Sítio Caldeirão – Distrito de Ponta da Serra<sup>8</sup>.

Conclui-se que existe dentro da ideologia de valor de patrimônio, uma desconsideração para com a produção cultural das comunidades rurais sertanejas

<sup>5</sup> As resoluções, previam aos estados brasileiros passarem a dispor de órgãos próprios, com intuito de complementar às atividades do Iphan.

<sup>6</sup> Mestra e Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atua principalmente nos seguintes temas: patrimônio histórico e história da arte e da arquitetura.

<sup>7</sup> Disponível

em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista\\_Bens\\_Tombados\\_marco\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_marco_2016.pdf)>, acesso em 24 de setembro de 2018

<sup>8</sup> Processo de número 1448, do ano de 1999.

nordestinas, sobre tudo para essa pesquisa, observa um descaso com exemplares localizados no Ceará. Em uma nova pesquisa, Diniz (2013), demonstra que o interesse pelas arquiteturas rurais nordestinas, em pesquisas acadêmicas, quando efetuadas, destinavam-se apenas ao litoral da região, principalmente os exemplares relacionados a produção açucareira. Assim, segundo a autora:

[...] a economia do gado, responsável pela interiorização do domínio português no Brasil e pelo sustento alimentar do litoral e de outras zonas do Brasil, apesar de presente na literatura e nos relatos dos memorialistas, foi relegada ao secundário. Disso resultaram generalizações sobre o “Nordeste”, como também generalizações sobre a arquitetura rural dos “estados nordestinos”, ainda hoje compreendida a partir das dominantes na zona da mata pernambucana e no recôncavo baiano, o que não condiz à realidade (DINIZ, 2013, p.34).

Retoma-se a discussão antiga sobre a visão que as zonas rurais e sua cultura, são desconsideradas, nas ações de distribuição de políticas públicas, que se proponham a compreender a sua diversidade de saberes, hábitos e costumes do povo do semiárido. As políticas de combate à seca e a modernização da agricultura por exemplo, diretamente contribuíram para a fragilização socioambiental e a exclusão dos grupos de agricultores na partição de riquezas produzidas (OGAWA<sup>9</sup>, 2017)

Deve-se compreender que a proteção e preservação das edificações rurais, estão atreladas diretamente, as práticas seculares de agricultura, criação, relações de conjunto e paisagem. O Brasil, por sua extensão e diversidade, possui um grande número de culturas agropastoris, que condicionaram variados partidos de arquitetura (DINIZ, 2013).

Proporcionar a convivência, de populações sertanejas com o semiárido, tem se tornado iniciativas do poder público nos últimos anos por redes de articulação como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)<sup>10</sup>. Incentivar, as trocas de saberes, compreender as formas de manejo e captação de recursos naturais para a sobrevivência desenvolvidos pela população, respeitar as manifestações imateriais e culturais das sociedades, representa um importante passo para a compreensão

do espaço habitado, como lugar e um início da valorização e proteção do patrimônio cultural rural do semiárido.

### As arquiteturas de um lugar sertão

Ao longo da história, as formas de habitar dos seres humanos, foram e continuam sendo, modelos de adaptabilidades as condições específicas impostas pela natureza e também influenciados pelos saberes e técnicas culturais locais. Quando buscou estudar sobre a arquitetura popular brasileira, Gunter Weimer<sup>11</sup> (2012), perpassou pelas diversas formas de viver, desenvolvidas nos mais diversos lugares no Brasil. O que o autor observou é que a grande diversidade de tipologias residenciais, religiosas, administrativas, advindas do passado colonial brasileiro, foram condicionadas pelo local, os materiais disponíveis, as técnicas de se construir, nas distribuições internas dos ambientes, no clima e na natureza do lugar. Enfim tudo se torna um agregado dentro do processo de concepção arquitetônica e da qualidade de vida. (WEIMER, 2012).

As habitações em locais aparentemente inóspitos, talvez seja a grande prova da capacidade de adaptabilidade humana. Dentro do processo de ocupação do território cearense, as formas e os exemplares arquitetônicos e urbanísticos, são afetados pelos fatores culturais, da época. É o caso dos edifícios de fazenda, das habitações de vila, e demais formas de habitar a caatinga. Como exemplificação desse enunciado e como forma de lançar um olhar analítico sobre a produção arquitetônica encontrada em zonas rurais cearenses, serão aqui analisados os textos de autores referência no estudo de arquitetura popular brasileira, em comparação com fotografias dos exemplares de arquiteturas rurais localizadas em Icó, no estado do Ceará, elencados por essa pesquisa.

As primeiras formas de edificação do processo de ocupação no sertão, eram casas de taipa, utilizando as técnicas de *taipa de mão* e *pau-a-pique*, eram construções simples em relação as demais tipologias desenvolvidas posteriormente nas vilas urbanas e nas fazendas das zonas rurais. Segundo Weimer (2012), a aplicação da taipa nas construções da caatinga, talvez tenha se dado pelos conhecimentos dos

<sup>9</sup> Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará e especialização em Urban Design and Management of Environmental and Disaster Prevention pela Yokohama National University

<sup>10</sup> A rede trabalha na perspectiva de desenvolvimento sustentável na região do semiárido,

valorizando conhecimentos, culturas e práticas locais, na troca entre agricultores e nas formas de manejo e no aproveitamento de recursos naturais. (OGAWA,2017)

<sup>11</sup> Atualmente é professor convidado do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

povos lusitanos e indígenas. Possivelmente a técnica da taipa (*opus formaceus*) e do adobe (*later*) na Península Ibérica foram contribuições romanas. Do oriente, os colonizadores europeus trouxeram para o Brasil as técnicas de produção da cerâmica (tijolos e telhas) e aperfeiçoaram sua produção.

Por meio de troncos ou galhos de madeira, fincados nas extremidades da casa, estruturavam uma trama, que posteriormente receberiam terra, amassada e molhada, com pés ou com as mãos (MAIA<sup>12</sup>,2017). Após pronta a massa de barro, é aplicada sobre as frestas da madeira, vedando a estrutura da residência (WEIMER,2012).

A evolução da taipa para a alvenaria foi lenta, é possível encontrar em exemplares de casas de fazenda, partes da casa que ainda se utilizam da técnica. Mas a possibilidade de construir mais vãos de tamanhos maiores, cumeeiras mais altas, favoreceu a técnica da alvenaria sobre a taipa, estando sua prática restrita a população mais pobre. (DINIZ, 2008)

Dentro do processo de ocupação do sertão cearense, a delimitação do território particular e a estruturação de uma arquitetura melhor adaptada aquele contexto ambiental, representa segundo Jucá (2012), uma das formas de resistência dos corpos afetados pelas altas temperaturas e escassez de recursos naturais. Durante a primeira metade do século XVIII, no Ceará, a arquitetura de fazenda era a sede dos primeiros povoamentos do estado.

Cardoso<sup>13</sup> (2011), ao analisar essa tipologia arquitetônica, a descreve, como o núcleo de autoridade e poder do sertão. A casa de fazenda, também conhecida por casa grande, era implantada em locais mais elevados, próximos a um leito de água. Seus alicerces eram quando necessários de alvenaria de pedra. As alvenarias externas eram mais espessas, de forma a vencer a temperatura da região.

Tal afirmação, será confirmada por Duarte<sup>14</sup> (2009) ao analisar as construções vigentes do período colonial cearense e as formas de adaptação climática dessa arquitetura. Segundo o autor, uma das alternativas de se vencer as altas temperaturas da caatinga, foi reduzir o número de aberturas, que promoviam a

retenção de calor durante o dia. Outra solução é vista na altura da cumeeira dessas residências. Tinham uma média de aproximadamente 8 metros de altura, dessa forma impediam a criação de uma camada de ar quente, que escapava pelas frestas das telhas. O ar frio, sendo mais pesado, era resguardado para o interior da residência, o que configura em um processo de convecção.

Possuindo uma cumeeira alta, algumas residências, apresentavam uma espécie de sótão, que cumpriam funções segundo Diniz (2013), de estocagem de produtos agrícolas. Para Weimer (2012), esse sótão é resultado, tanto da necessidade de aproximações das tipologias rurais aos sobrados e casarões das camadas mais ricas da sociedade urbana, quanto uma adaptação cultural, advinda das tipologias arquitetônicas luso-açorianas. Nessas casas, o espaço que se localizava entre o forro e a coberta, era chamado de “falsa” e seu acesso era feito por uma escada de mão, mesma lógica das casas de fazenda que posteriormente ergueram escadas de madeira e alvenaria (DINIZ,2008).

A respeito dos ambientes internos das casas de fazenda, Cardoso (2011), afirma que diferente das alvenarias externas que delimitavam a extensão da edificação, as paredes internas eram menos espessas e de altura que nunca chegavam a atingir o telhado. Dentre todos os ambientes internos, a cozinha terá um maior destaque, no que tange as contribuições étnicas estrangeiras à arquitetura brasileira, pois segundo o estudo de Weimer (2012), é possível encontrar semelhanças das cozinhas brasileiras com as cozinhas das casas de origem açorianas e bantas.

Como as casas açorianas, este ambiente era mais estreito, com uma extensão de vão que se alongava ao tamanho do fogão. Apresentava ainda, outros elementos também comuns das residências açorianas, como a presença de um banco, no local de preparo da comida, um forno de pão em barro a parte do fogão, chaminés como medida de dispersão da fumaça e a copeira para se guardar as louças.

Já a localização da cozinha, nos fundos das residências, denota uma contribuição étnica dos povos bantos. Se conectam ao restante da casa por um corredor e quando assim não era, construía-se totalmente fora da residência, ainda que de

<sup>12</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo, pelo Centro Universitário Católica de Quixadá, Unicatólica (2017) e Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas/RS (2019)

<sup>13</sup> Pesquisador da FA-UL e da UFRGS; Professor Associado Nível 2 da UFC vinculado à Linha de

Percepção e Representação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC.

<sup>14</sup> Professor da graduação e pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará - UFC

uma área de uso múltiplo, que de pronto, adapta-se às necessidades de uma alteração programática (CARDOSO, 2011, p. 161).

forma semelhante a ela, ou apoiado em pilares de madeira e cobertas por palha, é caso dos fornos de bolos. Podiam ser ainda como um puxadinho mais rústico reforçado por pau-a-pique. (WEIMER, 2012).

Coadunando as afirmações descritas acima, sobre as formas que as contribuições étnicas se mesclaram na produção arquitetônica rural brasileira, é posto aqui a descrição de Diniz (2008), sobre as cozinhas das fazendas da região do Seridó, microrregião do semiárido do Rio Grande do Norte, Estado do Nordeste brasileiro. Assim nos diz a autora:

A cozinha das edificações oitocentistas seridoenses localizava-se, no princípio daquele século, na parte posterior da casa e eventualmente consistia somente num anexo construído de taipa de mão, não fazendo parte do corpo principal do edifício. Com o passar dos anos a cozinha passou a estar inserida na edificação, mas ainda se localizando nos fundos da casa. Seu mobiliário consistia de bancos, mesa e fogão e forno. Era nesse espaço que as mulheres e crianças faziam suas refeições. Nas casas das fazendas o fogão é a lenha, construídos de tijolos de barro, em alguns há forno também(...) há também outro no alpendre de trás. Nesse mesmo local também há fornos que eram utilizados para o fabrico de bolos ou assados. (DINIZ, 2008, p. 108)

Em relação as cobertas das arquiteturas sertanejas, como visto anteriormente foi um importante mecanismo para auxiliar soluções que atendiam as demandas climáticas da região. Uma outra demanda que as cobertas passaram a desempenhar foi a utilização do alpendre como uma forma de garantir segurança para a edificação. Segundo Cardoso (2010), o Alpendre surgirá nas décadas finais do século XVIII e início do século XIX, esse espaço consegue estabelecer uma conexão entre os ambientes internos com o externo. Nas palavras do autor:

(...) com o declínio da pecuária e o início da valorização da agricultura – fundamentalmente a cultura do algodão. Segue-se à mudança observada na dinâmica da economia do sertão uma relativa tranquilidade do ambiente, transformações que se veem refletidas na arquitetura e no modo de vida do sertão. Um novo espaço se forma na casa do sertão, uma membrana, uma interface, um limite vivo de troca da casa com o ambiente externo imediato. Efetiva-se um espaço que ao mesmo tempo acolhe aquele que vem de fora e protege, resguarda o que está dentro. Ademais o alpendre tornar-se-ia também

As cobertas das casas de fazenda segundo Diniz (2008), se caracterizam por possuir duas águas, com empena lateral elevada, de modo que os dois planos da cobertura possam se alastrar até a parte de trás, ou à frente da casa, conformando o alpendre. Nesse “arrasto”, percebe-se uma diminuição da cumeeira de 8 metros de altura para 2 metros nos alpendres.

Outra característica em comum, é a utilização de madeiras da região implantada, nas casas averiguadas a principal é a carnaúba. Os beirais cumpriam um papel de ornamento, sendo presente o uso de cimalthas de alvenarias e beira-seveiras, além de cachorros<sup>15</sup> como peças de sustentação, mas que representam intenções estéticas a fachada.

Segundo Weimer (2012), as aberturas desses vãos, em sua maioria, eram contornadas por uma armação de madeiras encaixadas por cavilhas em aberturas no peitoril ou soleira na verga. Essa forma de vedação é chamada de *harr door* e *harr window*, é muito comum na região sul da África, utilizado em casas populares da região.

As dimensões e modelos das portas é variável, se apresentando em folhas duplas, ou folhas únicas, sendo essa última possível de ser dividida de forma horizontal. Essas tábuas estão fixadas por dobradiças de ferro, ferrolhos e chaves que medem cerca de 15 cm de comprimento com modelos variados<sup>16</sup>. Utilizavam-se trancas, ou traves de madeira, em sótãos e despensas.

Outra característica relevante, dessa arquitetura rural é a presença forte da religião na vida da população brasileira nos primeiros séculos de colonização. Sua presença é percebida tanto no processo de formação e estabelecimento das vilas urbanas, como na vida da população e espaço rural. Naquela época nesses povoados sob a mando da coroa portuguesa erguiam-se igrejas e cruzeiros, o que evidenciava o entrelaçamento dos poderes religioso e monárquico do século XVIII (JUCÁ, 2012).

Essa religiosidade, não se restringe apenas aos espaços públicos, mas passa também a adentrar o contexto e o interior das residências. Isso pode explicar, uma

<sup>15</sup> Usualmente os cachorros apoiam-se nos frechais, paralelamente aos caibros e são travejados no seu prolongamento interno por uma peça denominada retranca.

<sup>16</sup> IDEM

lógica similar entre os espaços urbanos e rurais, onde algumas casas de fazenda construíam em sua frente cruzeiros, ou logo ao lado da edificação eram erguidas capelas. Essas capelas eram bem mais simples que as Igrejas públicas, sem apresentar ornatos e curvas sinuosas, seu piso, porém eram similares ao dos demais equipamentos religiosos, de terra batida, ou de tijolos, raras vezes utilizavam madeira. (NEVES<sup>17</sup>, 2004). Por dentro das casas, ainda era possível encontrar próximo à sala, oratórios para as práticas religiosas intimistas e em família. Eram vãos incrustados nas alvenarias ou apenas fixados, circundados por arcos ou revestidos de madeira. (DINIZ, 2008).

Outros tipos de vãos em alvenarias vão surgindo, como é o caso da copeira uma espécie de nicho com prateleiras, encontrada na arquitetura açoriana, e implantada nas casas brasileiras, utilizando as técnicas construtivas locais. Dessa forma eram encontradas em alvenarias de taipa e tijolo de barro (WEIMER, 2012). Uma forma similar a esses nichos, é o caritó, também se trata de um nicho fixado na alvenaria, uma espécie de pequeno armário, presente nas salas de estar e jantar, guardavam utensílios diversos da casa, possuía portas de madeira e as suas prateleiras podiam ser como a copeira, ou eram revestidas pelo mesmo material da porta (DINIZ, 2008).

Por dentro de toda a casa e nas extensões dos alpendres, encontram-se armadores, o que sinaliza a prática de se armar rede e transformar os espaços de uso social e circulação em dormitórios a noite. A rede, como objeto no cotidiano das casas brasileiras, segundo Weimer (2012), é uma contribuição dos nativos indígenas e são diversos as formas dos modelos de armadores, encontradas nas residências.

A respeito do entorno imediato, nota-se que o terreno onde está implantada a residência, tem seu espaço externo utilizado para as práticas agropastoris, com plantações de árvores frutíferas e plantações de cultivo além de espaços destinados a criação animal. Para conter e organizar as criações dos gados, Diniz (2008) afirma que, ao redor do núcleo da fazenda, foram criados os chamados currais, que contornavam, cercando a área do terreno, onde ficariam os gados.

Eram geralmente construções frágeis, apenas como medida de demarcação, utilizando, madeiras, pedras, arame, ferro e formas mistas entre as técnicas e dentro

do processo de ocupação de território, esses espaços de cultivo e criação animal foram surgindo como forma do fazendeiro ir apreendendo e anexando o solo a suas propriedades (ARRAES, 2012)

### Aos que foram deixados de lado

Como dito anteriormente a cidade de Icó desempenhou forte papel econômico e de desenvolvimento do Estado do Ceará, o que denota a sua relevância cultural e justificou o seu processo de tombamento (IPHAN, 1997) e configurar como um dos maiores sítios arquitetônicos protegidos do Estado. Dentro de seu acervo histórico, algumas edificações que ficaram fora da poligonal de tombamento, segundo o relato dos entrevistados pela pesquisa, tiveram essa exclusão justificada por serem originalmente casas de Fazenda, quando o Icó ainda era uma vila, mesmo que depois tenha ocorrido a expansão territorial da vila e essas edificações tenham sido anexadas a zona urbana municipal.

Como forma de aproximação com o arcabouço teórica construído, a pesquisa buscou analisar essas edificações históricas na cidade de Icó-Ce, que estejam fora da poligonal de proteção do Iphan e resguardem, em sua materialidade, características comuns a arquitetura rural de quando a cidade ainda era vila e possuía fortes características rurais.

Dessa forma foram elencados quatro exemplares dessa arquitetura, são elas a Fazenda Graça, o Hotel Pavão, o Solar dos Monteiros e Fazenda Olho D'água. Após realizar os quatro levantamentos dos edifícios rurais na sede urbana, o próximo passo foi comparar as amostras, a fim de encontrar semelhanças com edificações históricas espalhadas pelas zonas rurais do município de Icó. A procura por essas edificações, se deu através da página do *Facebook* 'Icó Patrimônio Vivo', indicações de pessoas e pesquisas pelos distritos da cidade, foram localizadas outras 6 edificações, desde edifícios de fazenda com alpendre, tipologias que se assemelhavam a sobrados urbanos, ruínas de sobrados e casa de oração.

Ao todo foram 10 edificações levantadas. As histórias das edificações foram sendo construídas mediante o auxílio dos moradores, proprietários, historiadores, herdeiros e pessoas que de modo geral possuíam ligação e afeto ao bem, que

<sup>17</sup> Professor da Graduação, Mestrado e Doutorado do departamento de história da Universidade



cederam seu conhecimento através de entrevistas para a pesquisa. Dessa forma foi possível traçar um percurso histórico, que revela novos capítulos de uma trajetória, até então pouco explorada dentro do município.

O primeiro exemplar, trata-se de uma antiga casa de fazenda, pertencente a D. Janoca Dias, neta de D. Glória Dias, que por sua vez era filha do Barão de Icó. A fazenda São Cristóvão, delimitava o fim do núcleo urbano de Icó durante o final do século XIX. Em entrevista com os historiadores locais Yuri Pinto e Altino Afonso, foi possível saber que a fazenda foi construída em meados do século XVIII. (Figura 1).



**Figura 1:** Hotel Pavão. Fonte: Acervo do Autor

Segundo os entrevistados, dentro do núcleo urbano da vila, as tipologias arquitetônicas mais simples eram as de casa térrea. Estas, eram associadas a população mais pobre, o que explica o grande número de exemplares dessa tipologia. As tipologias restantes eram os palacetes e sobrados, residências administrativas e ligadas a parcela mais rica da população.

A tentativa de modernização da arquitetura brasileira, ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX, previa a substituição dos telhados coloniais pelo surgimento de platibandas, sob a justificativa de impedir que transeuntes se

molhassem em caso de chuva (WEIMER, 2012). O fato é que isso motivou a criação de ornatos e decorações que caracterizariam os centros brasileiros. Com a expansão de Icó no final do século XIX e sob a determinação de lei que proibia as águas pluviais caírem para a rua, a fazenda ganha uma platibanda ornamentada com aberturas em losango, além construir calha de captação de águas pluviais.

A partir do Século XX, a urbanização já havia expandido para as adjacências onde se localizava a fazenda e nesse período ela passa a desempenhar novo papel, abrigando viajantes, comerciantes e mercadores. Tornava-se o primeiro Hotel do município e segundo informações cedidas pelos entrevistados, ficou conhecida por Pavão, apelido atribuído ao novo proprietário do bem.

Enquanto desempenhava papel de Hotel o edifício recebeu um acréscimo em sua estrutura original, tratava-se de um conjunto de quartos e que futuramente vieram a ruir. Atualmente o Hotel encontra-se abandonado, apresentando algumas patologias, como perca de esquadrias, infiltração nas alvenarias, pichação, piso com rachaduras, perca de revestimento e mutilação parcial da coberta.

Sua estrutura não aparenta estar comprometida, o que facilitaria o seu restauro e recuperação dos danos apresentados. Em seu interior, ainda se resguardam ornamentos, como rodapés, molduras, forro em madeira.

A segunda edificação é o Solar dos Monteiros (Figura 2). A casa pertencia a família Monteiro, cujo representante mais conhecido na cidade de Icó é Aldo Marcosi ex-prefeito da cidade, filho de José Walfrido Monteiro. A mesma, acompanha e materializa toda a história da família, surge no final do Século XIX, com a expansão urbana inflamada com a criação do mercado municipal.

Em entrevista com o herdeiro e sobrinho de Aldo Marcosi, José Walfrido Gondim, conhecido por Walfridinho, descobriu-se que a casa foi construída por um arquiteto lusitano chamado Cazuzza do Lúcio, que se casou com a prima de seu bisavô – também chamado Walfrido Monteiro Sobrinho – pertencente a duas famílias importantes da sociedade icoense, Monteiro e Antero.



**Figura 2.** Solar dos Monteiros. Fonte: acervo dos autores

Essa moça era irmã de Samuel Antero, que se tornou o segundo proprietário da casa quando sua irmã veio a falecer e só após o seu falecimento o solar passou para Walfrido Sobrinho, farmacêutico, que necessitava morar mais próximo ao comércio local, mas que segundo o entrevistador, “gostava de morar em casa de fazenda”. Desde então toda a linhagem seguinte – de Walfridos – foram criados na residência.

A casa possui aspecto de chalé, com uma cumeeira alta, chegando a 8,60 metros de altura e inclinação de 60%. Internamente a casa mantém a lógica de divisão de quartos de seu núcleo original, um corredor central divide os quartos, salas e espaços de convivência. A cozinha e ambientes de preparo, localizam-se mais aos fundos. Com base no levantamento arquitetônico, nota-se que a casa possui alguns acréscimos ao longo dos anos, isso talvez tenha ocorrido pela quantidade de pessoas que habitaram a mesma.

Os filhos quando se casaram, passaram a morar na residência com suas esposas e filhos, então, o núcleo central da casa expandiu-se para que abrigasse uma maior quantidade de pessoas, além dos ambientes como sala, cozinha e alpendre, possuem armadores e funcionarem como dormitórios na ausência de espaço nos

quartos. Enquanto ainda não havia ocorrido a urbanização do seu entorno e não existia o risco de assalto, a casa não possuía muro, era acessada por um jardim a frente da fachada principal e que segundo a descrição do entrevistado, ligava-se ao quintal pelos alpendres laterais, que se encontravam na frente da residência, contornados por um parapeito.

A casa enquadra-se dentro do período eclético da arquitetura, logo esse seria um dos principais motivos de ser a única residência, onde a fachada possui um número considerável de ornamentos, uma vez que nessa época iniciou-se um período de ornamentações de fachadas e platibandas (WEIMER,2012). A casa possui elementos ornamentais que simbolizam a natureza como curvas e flores, além de elementos como lambrequins, ornamento utilizado em fachadas de residências europeias.

A Fazenda Graça (Figura 3) foi a terceira edificação, encontra-se mais distante das outras fazendas e da própria delimitação espacial da poligonal de proteção do Iphan. As edificações que surgiram, com o crescimento urbano da cidade se aproximaram de seu terreno, o que de certa forma modificou parcialmente a sua relação com a paisagem local. O prédio ainda resguarda características típicas de uma arquitetura rural, como a implantação central no lote, delimitação de pastos para a criação de animais, armazéns para a estocagem de produtos e ferramentas, além da própria lógica interna dos ambientes.



**Figura 3.** Fazenda Graça. Fonte: acervo do autor

O nome da Fazenda remete ao sobrenome da família do primeiro proprietário do bem, embora segundo o atual morador seu Francisco, conhecido por “Chico Veio” e o historiador Yuri, não se sabe ao certo qual dos membros da família era o dono da residência. A família Graça, que na cidade de Icó tem como principal representante D. Mariinha Graça, cujo o sobrado onde morou, localizado na rua Ilídio Sampaio atualmente, funciona como sede da Secretária de Cultura municipal. Quanto as modificações ocorridas na edificação, seu Chico relatou a construção de uma coberta independente, realizada por seu pai, nos fundos da casa, onde se localizam os ambientes da sala de jantar, cozinha, despensa e banheiro.

A quarta edificação levantada é uma segunda residência pertencente à família graça, a chamada Fazenda do Olho D’água (Figura 4), cujo nome é em homenagem ao açude próxima residência, o Açude Olho d’água. Trata-se de uma casa de fazenda que pertenceu a Mariinha Graça e foi utilizada como local de descanso para os fins de semana, além de possuir um espaço de criação de gado e plantação. A fazenda marca o fim do limite urbano municipal, e pode ser acessado pela estrada que levam em direção ao distrito do Icozinho a BR – 404.



**Figura 4.** Fazenda Olho D’água. Fonte: acervo dos autores

A fundação da residência é encostada em uma rocha natural, possui um piso de tijolo de forno e um alpendre que contorna toda a residência. Aos fundos da casa ficava a cozinha e o fogão a lenha, um forno de bolo separado da cozinha e um depósito para a estocagem de produtos. Frente a residência, separada pela estrada, são vistas colunas robustas, que demarcavam o curral e a plantação. E mais ao lado, está o açude do Olho D’água, que abastecia a residência e o gado.

Além dessas edificações, foram realizados na área rural 6 levantamentos, exemplares de residências, fazendas e sobrados que pertenceram a pessoas de poder na cidade de Icó, que já foram citadas como Glória Dias e a Família Graça e uma outra importante personalidade, o Barão do Crato. Hoje, essas edificações se encontram em estado precário (em alguns casos já estão se tornando ruínas) e correm o risco de desaparecer. São elas: Fazenda Lobato, Fazenda Loreto, Ruínas do Sobrado do Barão do Crato, Sítio Gambá, Casa de Oração e Fazenda Belo Monte.

Bernardo Duarte Brandão, mais conhecido como Barão do Crato, nasceu em Icó-CE, no dia de julho de 1832 e faleceu em Paris, no dia 19 de junho de 1880, era



filho de Bernado Duarte brandão e de Jacinta Augusta de Carvalho, teve como irmãos: Jacinta Augusta Duarte Brandão; Margarida Augusta de Carvalho Brandão e Maria do Rosário Augusta de Carvalho Brandão. O Barão tornou-se uma das figuras mais emblemáticas da cultura icoense, conhecido pelo seu papel político, era do partido Liberal e adversário do Barão do Icó pai de Dona Glória Dias, político liderando o partido Conservador. (CORDEIRO, 2016).

Dos exemplares encontrados na zona rural, três estão relacionados ao Barão do Crato, uma ruína e duas fazendas, essas últimas foram ocupadas por assentamentos rurais e hoje funcionam como sede associação dos mesmos, são elas a fazendas do Loreto e a fazenda Lobato. A fazenda Lobato, localiza-se próxima ao distrito do Cruzeiro, no território delimitado pelo Incra, do assentamento Chico Mendes. Possui uma tipologia de duas águas, com alpendres na frente e no fundo e na Lateral Oeste. Em seu terreno, localiza-se o dormitório de um empregado, os estábulos dos cavalos e um depósito de ferramentas (Figura 5).



**Figura 5.** Fazenda Loreto, Fazenda Lobato, Ruínas do antigo sobrado rural. Fonte: acervo do autor

Já a fazenda Loreto, localiza-se no distrito de mesmo nome, possui volumetria similar ao da fazenda Lobato, com duas águas e alpendre na fachada principal, ao lado em anexo ao núcleo sede da Fazenda, encontra-se um Armazém e uma Capela, erguida para Nossa Senhora do Loreto, Santa de origem Italiana. A casa possui grandes danos e encontra-se abandonada, somente sua capela é utilizada pela população. Sua fachada lateral perdeu todo o revestimento como as esquadrias e a cobertura da cozinha apresenta uma mutilação. Segundo os moradores a situação financeira os impede de restaurar a residência.

A última edificação pertencente ao Barão encontrada, foi um conjunto de ruínas

localizada no Sítio Cajá Gordo, porção de terra desabitada, onde é possível encontrar acima de um morro, toda a organização de uma antiga fazenda composta pela Casa Grande, o estábulo dos animais e um Sobrado no alto de onde é possível avistar toda a vastidão de terra.

A forma do sobrado é similar aos sobrados urbanos do sítio histórico icoense. Segundo Weimer (2012) A necessidade de habitar os sobrados, resultou em estratégias únicas de adaptações de residências, para que estas possuam aparência mais próxima possível dos sobrados, o que fez surgir segundo Weimer (2012), uma tipologia chamada de pseudo-sobrado, onde uma casa térrea de duas águas, criava um ambiente próximo a coberta. Similar a tipologia de sobrado pertencente ao Barão do Crato, a residência do Sítio Gambá, localizado no Distrito da Água Branca, apresenta-se mais consolidado que as ruínas do. pertenceu a D. Glória Dias. (Figura 6).



**Figura 6.** Sítio Gambá, Casa de Oração, Sitio Malhada Funda. Fonte: acervo do autor.

Na fachada principal da residência do Sítio Gambá (Figura 6), é possível perceber um volume central que saca e conforma uma espécie de sótão, segundo Weimar (2012), esses sótãos, recebiam uma ou mais janela de água-furtada e eram denominados de camarinha, acessados geralmente por uma escada de madeira. Essas descrições batem com o que foi encontrado no Sítio Gambá, inclusive a escada de madeira conservada, contudo, boa parte de uma de suas fachadas laterais caiu, assim como as paredes do fundo onde se localizam a cozinha e despensa.

Outra edificação levantada, que trata de personagens já conhecidos da história

icoense é a Casa de Oração de Nossa Senhora da Conceição (Figura 6) encontrada, no sítio Cacimbas, no Distrito três bodegas. Trata-se de uma casa, erguida por negros escravizados. Não se sabe a data precisa da construção da edificação, apenas que em 1922 a santa chegou ao distrito vindo de Orós por uma família, que ao chegar na localidade improvisou um espaço feito de taipa e com uma calçada em pedra (Conforme a entrevista dos moradores locais) após algum tempo a casa se expandiu e ganhou uma sala em sua frente com alvenaria de tijolo. A reforma da casa foi construída por Zé Ferreira um antigo morador local.

O Sítio Malhada Funda (Figura 6), localizado no conjunto Delta, próximo a zona urbana do Icó, não foi contemplado com alguma entrevista, seu antigo proprietário veio a falecer na época em que estava sendo realizado as entrevistas das demais edificações. Por meio de conversas com os agricultores que trabalham próxima a residência, apenas se sabe que essa casa já existia antes da compra desse proprietário.

### **Considerações finais**

Como visto, os conhecimentos empregados na produção arquitetônica rural, vem historicamente sendo negligenciados e constantemente desvalorizados, em relação a sua relevância a proteção patrimonial. Quando se trata das antigas edificações rurais localizadas na zona urbana, o problema tende a piorar, visto que todas elas estão localizadas em áreas de interesse especulativo do mercado imobiliário, dessa forma o seu desaparecimento torna-se interessante do ponto de vista do capital.

Como é o caso do Hotel pavão, que segundo os relatos dos historiadores, teve seu terreno vendido para um empresário de Brasília e atualmente ocorre um processo judicial para que se inicie um processo de demolição do bem. Seu terreno encontra-se em uma área bem próxima da zona comercial, onde os parâmetros urbanísticos o tornam ainda mais valoroso do ponto de vista imobiliário.

Como não existe nenhuma forma de proteção a edificação e por atualmente estar abandonada, é comum ver o seu terreno utilizado de diversas formas, desde estacionamento público, até um espaço que recebe equipamentos itinerantes. Atualmente se viu circos e parques de diversão se alocando no entorno da edificação e fixando a estrutura de seus equipamentos no edifício. O que por sua vez compromete e depreda a materialidade do bem.

Segundo os historiadores entrevistados, sabe-se que existem tentativas recentes do Iphan, em se tentar tomar o Hotel Pavão e evitar seu desaparecimento. Tal fato ocasionou um embate entre o Órgão e o proprietário do terreno. Só que é importante ressaltar aqui que tal processo de descaracterização e a própria venda do terreno, só está acontecendo, visto que essa edificação fora deixada de fora dos primeiros estudos de proteção ao patrimônio de Icó ainda em 1997 e continuou sendo esquecido pela proposta de rerratificação do estudo de tombamento em 2013, proposta essa que buscou incluir edificações históricas que haviam ficado de fora do primeiro estudo de tombamento.

Um outro exemplo que evidencia o apagamento dessas edificações das ações de proteção, pode ser visto pelo relato, de Walfrido Gondim. O mesmo afirma que já recebeu propostas de venda do Solar do Monteiro, motivadas pela dimensão e localização de seu terreno. Embora este não demonstra interesse algum, em demolir a casa e reconheça a importância de preservação da mesma. Inclusive, o próprio Walfrido já tentou duas vezes (sem sucesso).

A desvalorização quanto a produção arquitetônica desenvolvida pela população em áreas rurais e conseqüentemente o seu desaparecimento, também pode ser explicado pela associação as ideias de desenvolvimento e progresso que o setor imobiliário propaga, em seus avanços pela cidade dando fim as arquiteturas históricas. A arquitetura rural, possui motivos, dimensões e soluções características de seu lugar de sua implantação, representam as primeiras formas de se ocupar o semiárido cearense, o diálogo entre o homem e a natureza, refletindo a cultura do gado e de um lugar.

Enquanto se impera uma visão de grandiosidade e monumentalidade aos bens culturais, as ações do tempo, do poder privado e a própria escassez de planejamento, põem fim as heranças passadas pelas comunidades rurais. Estas por sua vez, demonstraram ao longo da pesquisa compreender questões básicas de preservação e respeito a arquitetura histórica. Um exemplo disso é a casa de Oração de Nossa Senhora da Conceição, onde os moradores locais buscaram preservar todas as paredes em taipa após a reforma financiada pela própria comunidade. Quando questionados na entrevista o porquê de terem mantido, eles afirmaram: “deixamos aí, para que quem olhasse entendesse como era feito.”

É necessário falar dessas edificações e desses lugares, buscando encontrar algo

de único de cada exemplar, evidenciando a diversidade da riqueza cultural das sociedades rurais, escapando da própria homogeneidade que é representada, ao se tratar de sertão na região nordeste. E essas particularidades, é o que está para além da estrutura física de uma edificação.

Não se trata de sertão nordestino, no singular como um conjunto homogêneo desinteressante, mas de sertões nordestinos, como foi proposto por Diniz (2013), lugares que embora compartilhem traços comuns, conseguiram se adaptar as necessidades e as características específicas de cada local, desenvolvendo conhecimento e saberes técnicos, que necessitam ser protegidos, estudados e repassados.

## Referências

- ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, São Paulo. 2012.
- BRASIL. **DECRETO No - 6.843, DE 7 DE MAIO DE 2009**. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_6844\\_de\\_07\\_de\\_maio\\_de\\_2009.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_6844_de_07_de_maio_de_2009.pdf)> Acessado em: 18 de set de 2018.
- CARDOSO, Daniel Ribeiro. **Desenho de uma Poiesis**. Fortaleza. Expressão Gráfica e Editora, 2011.
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um Sertão Entre Tantos Outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. Tese (Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, São Paulo. 2013.
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas Fazendas Da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, São Paulo. 2008.
- DUARTE JUNIOR, Romeu. **Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória**. Revista CPC, n. 7, p. 43-73. São Paulo. nov. 2008/abr. 2009.

IPHAN. **ESTUDO PARA TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DA CIDADE DE ICÓ – CEARÁ**. Vol 1. 4ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN). 1997.

JUCÁ, Clovis R. N. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza. UFC Edições. Editora Banco do Nordeste do Brasil. 2012.

MAIA, Stephane de Sousa e Silva. **Sertão Negro**. Monografia (Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Católica de Quixadá. Quixadá. 2016.

NASCIMENTO, José. C. “Redescobriram o Ceará?” Editora: EDUFBA- ANPUR-PPGAU, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará**. In: Uma nova história do Ceará, organizado por Simone de Souza; Adelaide Gonçalves ... [et al] – 3. ed. rev. e atual. - Editora Demócrito Rocha. Fortaleza. 2004.

OGAWA, Yuka. **A Arquitetura como infraestrutura social de convivência com o semiárido**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2017

**Recomendação nº R (89) 6 sobre a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico rural - 1989** in: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. Um Sertão Entre Tantos Outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte. Tese (Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, São Paulo. 2013.

VIEIRA, Washington Luiz Peixoto. **PERSONAGENS HISTÓRICOS: BERNARDO DUARTE BRANDÃO - O BARÃO DO CRATO**. 2008. Disponível em: <<https://iconacional.blogspot.com/search?q=Bernardo+Duarte+Brand%C3%A3o>> Acesso em: 12 de março de 2019.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular Brasileira**. 2. Ed - Editora WMF Martins Fontes. São Paulo. 2012.

WEIMER, Gunter. **CARTA SOBRE O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999**. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimonioverna>

culo1999.pdf>. Acessado em: 18 de set de 2018.

WEIMER, Gunter. **O APELO DE GRANADA A ARQUITECTURA RURAL NO ORDENAMENTO DO TERRITORIO CONSELHO DA EUROPA, 1976.** CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA N°15. 1999. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/33>>. Acessado em: 18 de set de 2018.